26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento

GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM AMBIENTES GOVERNAMENTAIS DIGITAIS: CONTRIBUIÇÕES DO PORTAL DE ATAS DA AMGESP/AL

INFORMATION MANAGEMENT IN DIGITAL GOVERNMENT ENVIRONMENTS: *CONTRIBUTIONS OF THE AMGESP/AL PRICE REGISTRATION RECORDS PORTAL*

Paulo Ricardo Silva Lima – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
João Rodrigo Santos Ferreira – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Edivanio Duarte de Souza – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Rayan Aramís de Brito Feitoza – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho completo

Resumo: O Estado brasileiro vem adotando elementos da transformação digital com a finalidade de alcançar transparência e eficiência administrativa. O objetivo foi analisar as funcionalidades do Portal de Atas da Agência de Modernização da Gestão de Processos sob a perspectiva da gestão da informação, da transparência pública e do governo digital. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, utilizando observação sistemática do portal e pesquisa documental fundamentada em categorias analíticas da literatura especializada. Os resultados demonstram que o sistema materializa os pressupostos da gestão da informação ao centralizar dados licitatórios de mais de 50 órgãos e oferecer filtros estruturados de busca avançada. Destacam-se a rastreabilidade do ciclo de compras e a interoperabilidade gerada pela exportação de relatórios em múltiplos formatos, promovendo eficiência e economia de escala via adesões caronas. Conclui-se que o portal atua como um instrumento de inteligência governamental que combate a desordem informacional e a infoxicação. Contudo, aponta-se como principal limitação a urgência na implementação de recursos de acessibilidade digital para assegurar o acesso equitativo e o pleno controle social.

Palavras-chave: Gestão da informação; governo digital; transparência pública; registro de preços; AMGESP.

Abstract: The Brazilian State has been adopting elements of digital transformation with the aim of achieving transparency and administrative efficiency. The objective was to analyze the functionalities of the Process Management Modernization Agency's Minutes Portal from the perspective of information management, public transparency and digital government. Methodologically, an exploratory and descriptive research was carried out, with a qualitative approach, using systematic observation of the portal and documentary research based on analytical categories from specialized literature. The results demonstrate that the system

materializes the assumptions of information management by centralizing bidding data from more than 50 agencies and offering structured advanced search filters. The traceability of the purchasing cycle and the interoperability generated by the export of reports in multiple formats stand out, promoting efficiency and economies of scale via piggyback subscriptions. It is concluded that the portal acts as a government intelligence instrument that combats information disorder and infoxication. However, the main limitation is the urgency in implementing digital accessibility resources to ensure equitable access and full social control.

Keywords: Information management; digital government; public transparency; price registration system; AMGESP.

1 INTRODUÇÃO

O contínuo avanço das tecnologias da informação e comunicação tem impulsionado profundas transformações na Administração Pública brasileira, estimulando a adoção de recursos digitais para o aprimoramento da gestão, da prestação de serviços e da transparência governamental. Os órgãos públicos passaram a utilizar plataformas digitais, portais eletrônicos e sistemas informatizados para disponibilizar informações de interesse coletivo, em conformidade com os princípios da publicidade e da transparência previstos no ordenamento jurídico brasileiro. Além de ampliar o acesso às informações públicas, essas tecnologias possibilitam a oferta de diversos serviços de forma remota, como a consulta a bases de dados governamentais, o acesso a documentos e atos administrativos, o acompanhamento de processos licitatórios e contratos públicos, o compartilhamento de informações entre órgãos e entidades governamentais e o monitoramento de ações administrativas por órgãos de controle e pela sociedade.

Essa transformação digital favorece a acessibilidade, a encontrabilidade e a recuperação da informação, permitindo que cidadãos, gestores públicos e órgãos de controle localizem e utilizem conteúdos de maneira mais rápida, eficiente e autônoma (Lima; Presser; Lozano, 2025). A digitalização dos processos administrativos contribui para a otimização dos fluxos de trabalho, a redução de custos operacionais e o aumento da eficiência organizacional (Valentim, 2018). Sob a perspectiva da governança pública, tais avanços também fortalecem mecanismos de participação social, controle cidadão e *accountability,* ampliando as possibilidades de acompanhamento e fiscalização da gestão pública (Ferreira; Souza, 2025).

O estado de Alagoas, nessa perspectiva do governo digital, também tem buscado se destacar na utilização dos apetrechos tecnológicos para gerenciar informações no âmbito do Poder Executivo. Em 2026, a Agência de Modernização da Gestão de Processos (AMGESP)

disponibilizou o Portal de Atas de Registro de Preços, uma plataforma digital desenvolvida com a finalidade de ampliar os mecanismos de transparência, controle e acesso à informação no âmbito das contratações públicas estaduais. A ferramenta foi concebida a partir do Sistema de Controle de Atas da AMGESP, objetivando centralizar informações relativas às Atas de Registro de Preços (ARP) gerenciadas pela Administração Pública Estadual, visando garantir maior eficiência administrativa e fortalecimento da governança pública. Em que pese a importância dessa infraestrutura tecnológica, é importante considerar suas potencialidades, inclusive na promoção da transparência e da eficiência na administração estadual.

Nesse horizonte, lança-se a seguinte questão problema: de que maneira o Portal de Atas de Registro de Preços da AMGESP contribui para a gestão da informação e para a transparência das contratações públicas no Estado de Alagoas? Assim, o objetivo principal da presente comunicação científica é analisar as funcionalidades do Portal de Atas da AMGESP sob a perspectiva da gestão da informação, da transparência pública e do governo digital. Para alcançá-lo, foram elencados os seguintes objetivos específicos: a) identificar as funcionalidades disponibilizadas pelo portal; b) examinar as contribuições da ferramenta para a recuperação e disseminação da informação; c) discutir o papel da plataforma na promoção da transparência administrativa; e d) refletir sobre potencialidades e limitações do sistema.

Cumpre ressaltar que esta pesquisa contribui para a Ciência da Informação ao analisar a relação entre gestão da informação, tecnologias digitais e transparência pública, tendo como objeto o Portal de Atas de Registro de Preços da AMGESP. Ao investigar suas funcionalidades e possibilidades de acesso, recuperação e disseminação da informação, o estudo amplia a compreensão sobre os processos informacionais mediados por plataformas digitais no contexto governamental. Dessa forma, aproxima os estudos de gestão da informação das discussões sobre governo digital e transparência, oferecendo subsídios para refletir sobre organização, acessibilidade, encontrabilidade e uso da informação em ambientes informacionais públicos.

2 INFRAESTRUTURA INFORMACIONAL E GOVERNANÇA DIGITAL NO SETOR PÚBLICO

O pleno desenvolvimento das capacidades administrativas do Setor Público exige uma convergência equilibrada entre infraestrutura, integridade de dados e políticas de inovação. Uma infraestrutura informacional sólida e integrada deixa de ser um mero arranjo técnico e passa a ser o alicerce para a transparência; contudo, ela depende da busca contínua pela

qualidade da informação para que os dados governamentais sejam de fato úteis, íntegros e capazes de reduzir distorções de comunicação. É no âmbito da governança digital e da plataformização do Estado que essa dinâmica se consolida, demonstrando que a harmonia entre uma base de dados bem gerida e padrões rigorosos de qualidade é o requisito fundamental para a sustentabilidade e a inteligência estratégica da gestão pública

2.1 GESTÃO DA INFORMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Administração Pública brasileira vem incorporando tecnologias e métodos inovadores nas últimas décadas, em um contexto de modernização e transformação digital voltado à otimização dos serviços públicos e do fluxo informacional. Os conceitos de informação e de gestão da informação ganham relevância estrutural. Aquela se consolidando em múltiplos suportes, notadamente digitais, como matéria-prima dos fluxos organizacionais. Esta se configura como um conjunto estruturado de atividades cíclicas que envolvem a identificação das necessidades informacionais dos usuários, a produção e a aquisição de informações, a organização e o tratamento, bem como o armazenamento, a recuperação, o compartilhamento e o uso. Conforme Davenport (1998), Choo (2003) e Valentim (2018), a gestão da informação atua nos fluxos formais da organização, integrando pessoas, dados e tecnologias para conceber ambientes potenciais para recuperar o conhecimento útil.

Essa estruturação conceitual serve de base para que a informação seja tratada como um recurso estratégico indispensável para a tomada de decisão no setor público. No cenário governamental, a capacidade de transformar dados dispersos em conhecimento aplicável reduz as incertezas institucionais e subsidia o planejamento e as auditorias gerenciais com base em evidências concretas. Sem o mapeamento claro e o processamento inteligente dos fluxos internos de informação, as organizações públicas tendem a subestimar o valor de suas fontes, comprometendo severamente sua capacidade de inovar e de responder de maneira assertiva e responsiva às demandas do ecossistema em que estão inseridas (Choo, 2003).

A eficácia desse recurso estratégico está intrinsecamente vinculada aos pilares da transparência administrativa e da qualidade informacional. A transparência no Brasil encontra-se respaldada por um robusto arcabouço normativo, que tem como marcos a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988), consagrando os princípios da publicidade e da eficiência, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Brasil, 2000) e a Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011). A evolução desses dispositivos legais permitiu a transição de uma postura reativa para a

chamada transparência ativa, em que o Estado disponibiliza dados de forma espontânea, ampla e gratuita em ambientes digitais, independentemente de solicitações formais. O uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação evidencia, portanto, como uma oportunidade concreta para superar opacidades históricas e padronizar informações governamentais.

Entretanto, para que a transparência cumpra seu papel de controle social, a arquitetura da fonte informacional precisa assegurar critérios rigorosos de qualidade, como clareza, atualidade, abrangência, acesso e reutilização dos dados (Lima; Presser; Lozano, 2025). Ambientes públicos digitais que apresentam excesso de dados sem tratamento adequado prejudicam a interpretação do usuário, transformando o que deveria ser esclarecimento em barreira. Sob a perspectiva da gestão da informação, a mera disponibilização de conteúdos não garante sua efetiva apropriação pelos usuários. Torna-se necessário que os dados sejam organizados, estruturados e mantidos segundo padrões que favoreçam sua recuperação, interoperabilidade e reutilização, assegurando que a informação possa circular de forma eficiente entre sistemas, processos e atores organizacionais.

O advento de novas plataformas e ambientes digitais, por fim, impõe desafios complexos à gestão da informação no setor público. Se, por um lado, essas tecnologias ampliam as possibilidades de acesso, armazenamento e compartilhamento de dados, por outro, podem favorecer a ocorrência da chamada desordem da informação, entendida como um cenário marcado pela fragmentação, dispersão ou dificuldade de recuperação de conteúdos relevantes (Ferreira; Souza, 2025). Em portais governamentais, a disponibilização de grandes volumes de dados sem adequada organização, contextualização ou mecanismos eficientes de busca pode comprometer a compreensão e a recuperação das informações pelos usuários. Nesse sentido, a efetividade desses ambientes digitais depende da adoção de práticas de gestão da informação capazes de assegurar qualidade, consistência e acessibilidade aos conteúdos disponibilizados, potencializando seu uso para fins de transparência, tomada de decisão e, em última análise, controle social.

2.2 DIMENSÕES DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO E ENFRENTAMENTO DA ASSIMETRIA EM AMBIENTES PÚBLICOS

A ausência de práticas estruturadas de gestão da informação transverte portais públicos em repositórios caóticos, gerando o fenômeno da infoxicação, entendida como a

sobrecarga informacional decorrente do excesso de dados, de documentos e de conteúdos disponibilizados sem mecanismos adequados de organização, de contextualização e de recuperação, ou ainda uma condição de opacidade informacional por excesso, na qual a abundância de informações dificulta a identificação, a compreensão e o uso efetivo dos conteúdos relevantes (Kwiecinski; Bertagnolli; Villarroel, 2020). A desorganização informacional decorrente da ausência de práticas dessa gestão compromete a interpretação dos conteúdos disponibilizados e o acesso ao seu significado, dificultando a transformação da informação em conhecimento útil. Como bem ponderam Lima, Presser e Lozano (2025), a mera disponibilização da informação não garante a qualidade informacional, se esta não estiver acessível, compreensível e reutilizável pelo cidadão. Quando o Estado publica dados de forma pulverizada, incompleta ou sem critérios claros de organização, a disponibilidade informacional, por si só, deixa de caracterizar a transparência efetiva.

Nas contratações públicas, a fragmentação dos dados em "ilhas de informação" espalhadas por secretarias isoladas aprofunda a assimetria informacional, cenário no qual uma das partes de uma relação detém mais ou melhores informações que a outra. Sem um ponto de convergência e centralização digital, o controle institucional é severamente prejudicado. Lima, Ferreira e Santos (2025) discutem esse panorama ao analisar os fluxos formais que buscam dar eficácia administrativa ao setor público. A dispersão dos dados impede que um órgão identifique, por exemplo, que outra secretaria já possui uma ARP idêntica e mais vantajosa em vigor. Um ambiente informacional unificado atua justamente como o nó estratégico que mitiga essa assimetria, integrando fluxos para que a informação reduza incertezas institucionais e subsidie o planejamento com base em evidências concretas.

Como antídotos a esse tipo de desordem em portais digitais governamentais, as práticas de gestão da informação devem orientar a estruturação dos ambientes informacionais de modo a assegurar atributos indispensáveis ao uso efetivo da informação pública. Dentre os requisitos fundamentais a esse propósito, encontram-se atributos como a encontrabilidade (*findability)*, a compreensibilidade, a acessibilidade e a reutilização. A encontrabilidade refere-se à capacidade de localizar informações de forma rápida e precisa, o que demanda mecanismos de classificação, indexação, metadados consistentes e recursos avançados de busca. A compreensibilidade, por sua vez, exige a organização lógica dos conteúdos e sua apresentação em linguagem inteligível aos diferentes perfis de usuários, reduzindo barreiras cognitivas à interpretação. Já a acessibilidade pressupõe que as

informações estejam disponíveis em condições adequadas de acesso, enquanto a reutilização requer formatos que permitam extração, tratamento e reaproveitamento de dados em diferentes contextos (Lima; Presser; Lozano, 2025). Ambientes informacionais que incorporam tais atributos contribuem para transformar conjuntos dispersos de dados em recursos efetivamente utilizáveis, ampliando o potencial da informação para gerar conhecimento, subsidiar a tomada de decisão, fortalecer a transparência pública e reduzir assimetrias informacionais entre Estado, órgãos de controle, fornecedores e cidadãos.

2.3 GOVERNO COMO PLATAFORMA (GAAP) E GESTÃO ESTRATÉGICA DE DADOS

A evolução conceitual do Governo Digital busca ressignificar o papel das plataformas tecnológicas na esfera pública, transmutando-as de simples repositórios para publicação de atos administrativos em infraestruturas públicas digitais geradoras de valor para o Estado (Lima; Ferreira; Santos, 2025). Sob essa ótica, o Portal de Atas de Registro de Preços da AMGESP ultrapassa a visão reducionista de um "sítio eletrônico" e consolida-se como uma infraestrutura de dados que serve de alicerce para a sustentação da tomada de decisão e racionalização administrativa (Lima; Presser; Lozano, 2025; Lima; Ferreira; Santos, 2025). Essa perspectiva se alinha ao modelo de *Government as a Platform* (GaaP), no qual o sistema atua como o núcleo operacional e informacional unificado, podendo auxiliar a administração pública a produzir serviços mais eficientes (Cordella; Paletti, 2019). Essa centralização permite que múltiplos órgãos realizem a adesão (carona) a atas vigentes de forma integrada, o que mitiga de maneira concreta a dispersão de esforços e gera economias de escala com a otimização dos recursos financeiros públicos.

A consolidação dessa infraestrutura digital pressupõe o tratamento do dado como um ativo estratégico governamental, cuja integridade depende diretamente de uma governança de dados robusta e coordenada (Lima; Ferreira; Santos, 2025). No âmbito da AMGESP, essa governança se materializa na articulação técnica e administrativa entre a Gerência de Controle de Atas de Registro de Preços e Contratos (GARC) e a Assessoria Técnica Executiva de Tecnologia e Informação (ASSTI). Essa coordenação institucional compartilhada é o que assegura a qualidade informacional, garantindo que o fluxo de dados migre do processo licitatório original para o ambiente web do portal sem perda de consistência, fidedignidade ou segurança (Lima; Presser; Lozano, 2025; Lima; Ferreira; Santos, 2025). Dessa forma, os critérios estabelecidos legalmente para a transparência ativa, como a indicação de autoria e

perenidade dos registros, deixam de ser meras exigências burocráticas e passam a estruturar um ecossistema informacional confiável, imune à desordem e à fragmentação de dados.

A estruturação inteligente e padronizada dessas informações por meio de metadados consistentes, categorização minuciosa de itens e descrições detalhadas atua, por fim, como o elemento propulsor para a tomada de decisão baseada em evidências concretas. Ao dispor de um sistema de busca avançado e de filtros estruturados por múltiplos parâmetros, o gestor público adquire a capacidade de extrair dados históricos, analisar flutuações e preços praticados no mercado, bem como planejar contratações futuras com maior previsibilidade e menor margem de incerteza (Lima; Presser; Lozano, 2025; Lima; Ferreira; Santos, 2025). O real valor da plataforma reside, portanto, em sua capacidade de operar como um sistema de inteligência governamental que reverte o cenário de assimetria informacional. Por intermédio das funcionalidades de exportação de dados em formatos interoperáveis e reaproveitáveis, o ecossistema digital da AMGESP transforma dados dispersos em recursos informacionais úteis, fortalecendo tanto a eficiência interna do planejamento estatal quanto a transparência pública necessária ao controle social.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva. A dimensão exploratória busca compreender as potencialidades e as limitações do ambiente digital no contexto da gestão da informação pública e da transformação digital governamental, enquanto a dimensão descritiva justifica-se pela caracterização das funcionalidades, serviços e recursos informacionais disponibilizados na plataforma digital desenvolvida pela AMGESP.

A pesquisa adota abordagem qualitativa, uma vez que se concentra na compreensão dos aspectos relacionados a organização, disponibilização, acesso, recuperação e uso da informação no ambiente digital analisado, permitindo identificar fragilidades, potencialidades e oportunidades de aprimoramento da plataforma. Para fundamentar a análise, foram considerados referenciais teóricos da Ciência da Informação e da gestão da informação, especialmente as contribuições de Choo (2003), Valentim (2018) e Lima, Presser e Lozano (2025), cujos modelos subsidiam a avaliação de aspectos relacionados à gestão informacional, qualidade da informação, acessibilidade e encontrabilidade da informação.

Quanto aos procedimentos técnicos, inicialmente foi realizada uma observação sistemática do portal, com o objetivo de mapear estrutura, funcionalidades, fluxos

informacionais e serviços oferecidos aos cidadãos e aos órgãos da Administração Pública estadual. Essa etapa permitiu compreender o papel estratégico da plataforma no processo de digitalização dos serviços públicos do Poder Executivo do Estado de Alagoas. Complementarmente, realizou-se pesquisa documental a partir da análise de documentos institucionais relacionados à plataforma, como cartilhas de orientação, manuais de uso, normativas, relatórios e demais informações disponibilizadas pela própria instituição. Esses documentos contribuíram para a compreensão de objetivos, diretrizes e procedimentos que orientam a utilização do ambiente digital.

A análise dos dados ocorreu por meio de categorias analíticas previamente definidas com base na literatura especializada, contemplando os seguintes eixos: governo digital, transparência pública, gestão da informação, acesso à informação, recuperação da informação, e acessibilidade e encontrabilidade da informação. Essas categorias possibilitaram examinar em que medida a plataforma atende aos princípios da administração pública digital, favorecendo a disponibilização de informações e serviços de forma eficiente, transparente e centrada nas necessidades dos usuários.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em que pesem as tecnologias da informação desempenharem papel fundamental na modernização da administração pública e privada, contribuindo para a automação de processos, a ampliação do acesso aos dados e a maior agilidade na tomada de decisões, sua simples adoção não garante a efetividade da gestão da informação. Davenport (1998) argumenta que a tecnologia deve ser compreendida apenas como um dos componentes do processo de gestão informacional, não sendo suficiente para assegurar, isoladamente, o uso estratégico da informação. Para que a gestão da informação seja efetiva, torna-se necessário considerar fatores humanos, culturais e organizacionais que influenciam diretamente a produção, o compartilhamento, a interpretação e a utilização da informação. Aspectos como a cultura de compartilhamento do conhecimento, o engajamento dos colaboradores, a capacitação dos usuários, os fluxos informacionais e as práticas de governança da informação exercem influência significativa sobre a qualidade e o aproveitamento dos recursos informacionais.

Considerando a interdependência entre pessoas, processos e tecnologias no contexto da gestão da informação, a AMGESP/AL desenvolveu o Portal de Atas de Registro de Preços

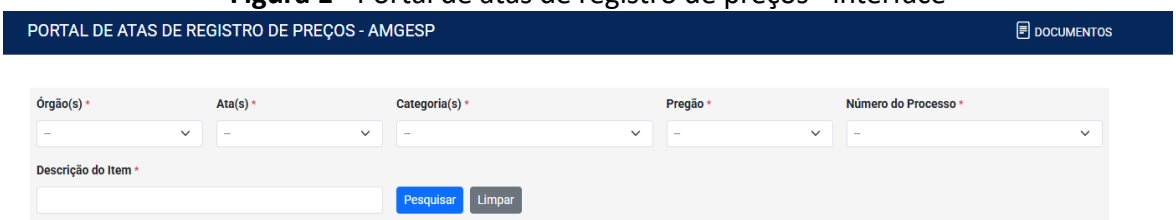
como uma ferramenta estratégica voltada ao gerenciamento e ao controle das solicitações realizadas pelos órgãos estaduais por meio das atas vigentes. Além de otimizar os fluxos administrativos e apoiar a tomada de decisão, a plataforma contribui para a democratização do acesso às informações públicas, fortalecendo os princípios da transparência, da publicidade e da eficiência na administração pública.

A concepção desse ambiente informacional demandou, inicialmente, a identificação das necessidades informacionais dos diferentes atores envolvidos, bem como a definição dos conteúdos relevantes para subsidiar os processos decisórios e as atividades de gestão. Essa perspectiva encontra respaldo no modelo de gestão da informação proposto por Choo (2003), segundo o qual a informação constitui um recurso estratégico capaz de reduzir incertezas, apoiar decisões e promover a aprendizagem organizacional. Aquela gestão envolve um conjunto de processos integrados que compreendem a identificação das necessidades, a aquisição, a organização, o armazenamento, o compartilhamento e o uso da informação, transformando dados dispersos em conhecimento útil para a ação organizacional.

O Portal de Atas de Registro de Preços materializa princípios da gestão da informação ao estruturar e disponibilizar informações de forma sistematizada, favorecendo recuperação, compartilhamento e utilização dessas pelos diversos órgãos da Administração Pública estadual. Como resultado, não apenas amplia a transparência das contratações públicas, mas também contribui para a eficiência administrativa, para a racionalização dos recursos públicos e para a construção de ambiente organizacional orientado pelo uso estratégico da informação.

A plataforma foi estruturada de modo a favorecer a recuperação e a consulta das informações disponibilizadas, permitindo aos usuários acessar dados de forma mais organizada, eficiente e centralizada. A interface inicial do portal (Figura 1) disponibiliza uma barra de pesquisa estruturada em múltiplos filtros de consulta, permitindo que os usuários realizem buscas específicas conforme diferentes parâmetros administrativos e licitatórios.

Figura 1 - Portal de atas de registro de preços - interface



Fonte: Alagoas (2026).

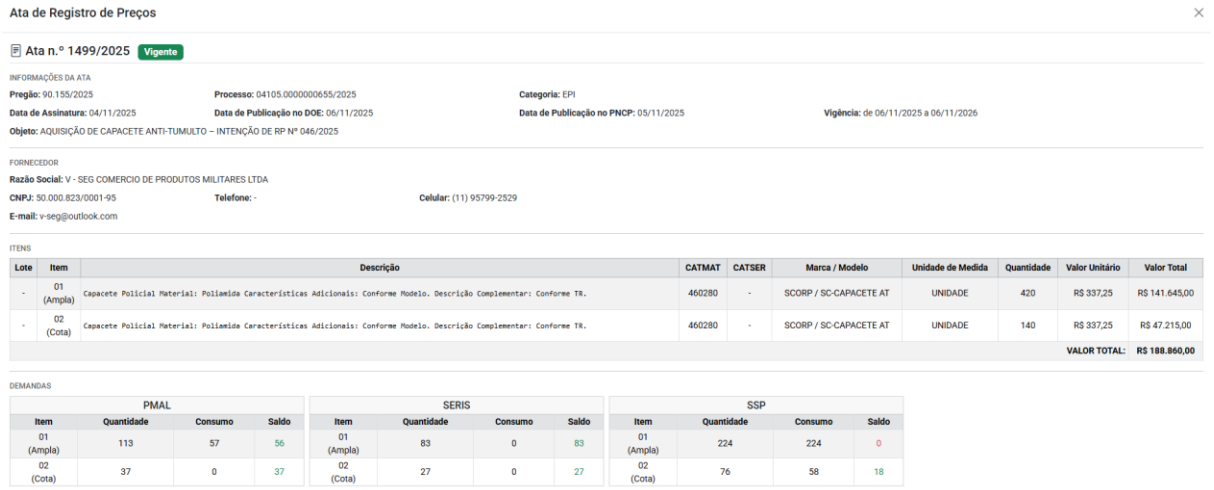
Entre as funcionalidades disponibilizadas pelo sistema, destaca-se a pesquisa por órgão participante, mecanismo que possibilita a identificação de todas as atas das quais determinado órgão integra como participante. Atualmente, o sistema possui mais de 50 órgãos cadastrados. Isso contribui para o fortalecimento da integração interinstitucional e para o aprimoramento do acompanhamento das contratações compartilhadas no âmbito estadual. Outra funcionalidade relevante consiste na pesquisa por número da ata, a qual permite a localização individualizada de uma ARP mediante a inserção de seu número identificador. Após a realização da consulta, o sistema disponibiliza informações detalhadas sobre a respectiva ata, incluindo dados referentes ao fornecedor contratado, aos itens registrados e às demandas apresentadas pelos órgãos participantes. Essa funcionalidade amplia a rastreabilidade dos procedimentos administrativos e fortalece os mecanismos de controle e de fiscalização das contratações públicas.

O portal também disponibiliza mecanismo de pesquisa por categoria e descrição do item, permitindo a localização de atas relacionadas a produtos ou serviços específicos. A funcionalidade admite a utilização de palavras-chave e descrições detalhadas, favorecendo a recuperação eficiente da informação administrativa e permitindo maior precisão nas consultas realizadas pelos usuários. Adicionalmente, a plataforma possibilita a realização de consultas por número do pregão e por número do processo administrativo, permitindo o rastreamento das atas vinculadas a procedimentos licitatórios específicos. Essa funcionalidade promove maior controle sobre o ciclo das contratações públicas, possibilitando o acompanhamento integral das atas originadas de determinado processo licitatório.

No âmbito da gestão da informação, merece destaque a funcionalidade de exportação dos resultados das consultas realizadas no sistema. O portal permite a geração de relatórios em múltiplos formatos, incluindo arquivos de texto (.txt), documentos em formato PDF (.pdf) e planilhas editáveis em Excel (.xlsx). Essa característica amplia a interoperabilidade das informações e favorece a utilização dos dados para fins de planejamento, monitoramento e tomada de decisão administrativa, conforme esclarecem Lima, Presser e Lozano (2025). Outra funcionalidade relevante consiste na disponibilização de documentos vinculados às atas de registro de preços. O sistema permite o download de cópias das atas originais, termos aditivos e apostilamentos eventualmente realizados durante a execução contratual. Esse mecanismo fortalece os princípios da publicidade, da transparência e do acesso à informação, essenciais à governança pública contemporânea.

Ao pesquisar no filtro “categoria”, por exemplo, o item Equipamento de Proteção Individual (EPI), é possível verificar as atas vigentes e vencidas. Essa funcionalidade possibilita ao cidadão e a própria administração o acompanhamento em tempo real tanto dos itens quanto das execuções das atas atuais, conforme observa-se na Figura 2

Figura 2 - Atas de registro de preços - Ata nº 1499/2025



Ata de Registro de Preços

Ata n.º 1499/2025 Vigente

INFORMAÇÕES DA ATA

Pregão: 90.155/2025 **Processo:** 04105.0000000655/2025 **Categoria:** EPI

Data de Assinatura: 04/11/2025 **Data de Publicação no DOE:** 06/11/2025 **Data de Publicação no PNCP:** 05/11/2025 **Vigência:** de 06/11/2025 a 06/11/2026

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAPACETE ANTI-TUMULTO – INTENÇÃO DE RP Nº 046/2025

FORNECEDOR

Razão Social: V - SEG COMERCIO DE PRODUTOS MILITARES LTDA

CNPJ: 50.000.823/0001-95 **Telefone:** - **Celular:** (11) 95799-2529

E-mail: v-seg@outlook.com

ITENS

Lote	Item	Descrição	CATMAT	CATSER	Marca / Modelo	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
-	01 (Ampla)	Capacete Policial Material: Poliamida Características Adicionais: Conforme Modelo. Descrição Complementar: Conforme TR.	460280	-	SCORP / SC-CAPACETE AT	UNIDADE	420	R$ 337,25	R$ 141.645,00
-	02 (Cota)	Capacete Policial Material: Poliamida Características Adicionais: Conforme Modelo. Descrição Complementar: Conforme TR.	460280	-	SCORP / SC-CAPACETE AT	UNIDADE	140	R$ 337,25	R$ 47.215,00
								VALOR TOTAL:	R$ 188.860,00

DEMANDAS

PMAL				SERIS				SSP			
Item	Quantidade	Consumo	Saldo	Item	Quantidade	Consumo	Saldo	Item	Quantidade	Consumo	Saldo
01 (Ampla)	113	57	56	01 (Ampla)	83	0	83	01 (Ampla)	224	224	0
02 (Cota)	37	0	37	02 (Cota)	27	0	27	02 (Cota)	76	58	18

Fonte: Alagoas, 2026

Sob enfoque teórico-administrativo, observa-se que a plataforma se insere no contexto da transformação digital da Administração Pública, caracterizada pela incorporação de tecnologias da informação e comunicação voltadas à ampliação da eficiência estatal, da transparência institucional e do controle social. Com efeito, o Portal de Atas da AMGESP insere-se entre os instrumentos de gestão pública digital, contribuindo para a melhoria dos processos administrativos relacionados às contratações governamentais.

As funcionalidades disponibilizadas pelo Portal de Atas de Registro de Preços evidenciam, na prática, os pressupostos teóricos da gestão da informação defendidos por Valentim (2018), na medida em que é constituída por um conjunto de fluxos informacionais inter-relacionados que possibilitam a transformação da informação em recurso estratégico para as organizações. Esses fluxos compreendem atividades de prospecção e monitoramento informacional, coleta de dados e informações, tratamento, organização e armazenamento dos conteúdos, disseminação e compartilhamento da informação, uso e apropriação desses pelos sujeitos organizacionais, bem como a avaliação contínua dos processos informacionais.

O portal desenvolvido pela AMGESP/AL incorpora diferentes etapas desses fluxos ao reunir, organizar e disponibilizar informações relacionadas às ARP em um ambiente digital estruturado. Essa configuração favorece não apenas a recuperação e o compartilhamento das

informações entre os órgãos públicos, mas também sua utilização efetiva nos processos de gestão e tomada de decisão. Além disso, a possibilidade de monitoramento das solicitações e do uso das atas permite o aperfeiçoamento contínuo dos fluxos informacionais, fortalecendo a transparência, a eficiência administrativa e a governança da informação no âmbito da administração pública estadual.

Também é importante ressaltar que a manutenção e a operacionalização da plataforma são realizadas pela AMGESP, pela GARC e pela ASSTI, unidades responsáveis por suporte técnico, atualização e funcionamento contínuo do sistema. Essa estrutura de gestão compartilhada demonstra que a efetividade da ferramenta depende não apenas de recursos tecnológicos, mas também de mecanismos de coordenação institucional capazes de assegurar a qualidade, a atualização e a confiabilidade das informações disponibilizadas.

Embora a plataforma apresente elementos alinhados aos princípios da gestão da informação e da qualidade informacional, observa-se a necessidade de aprimoramentos que possam ampliar sua efetividade, inclusividade e alcance social. Nesse contexto, destaca-se a importância da implementação de recursos voltados à acessibilidade digital, de modo a garantir o acesso equitativo às informações por pessoas com deficiência e por diferentes perfis de usuários conforme propõem Lima, Presser e Lozano (2025). Entre as melhorias recomendadas, incluem-se a incorporação de ferramentas de tradução em Língua Brasileira de Sinais (Libras), recursos de audiodescrição para conteúdos visuais, mecanismos de aumento e redução do tamanho das fontes, opções de contraste elevado, compatibilidade com leitores de tela, navegação por teclado e adequação às diretrizes internacionais de acessibilidade para conteúdo web. Essas funcionalidades contribuem para a eliminação de barreiras informacionais e tecnológicas, promovendo maior autonomia e inclusão dos usuários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise demonstra que a disponibilização do Portal de Atas de Registro de Preços da AMGESP, em 2026, consolida um avanço significativo na modernização administrativa do Estado de Alagoas. A plataforma cumpre com êxito o papel de centralizar e estruturar dados licitatórios que antes se encontravam pulverizados em secretarias isoladas, mitigando o cenário de assimetria informacional. Ao organizar as informações por meio de múltiplos filtros e permitir o acompanhamento de atas vigentes e vencidas, a ferramenta ultrapassa a condição

de mero repositório burocrático e se firma como um sistema de inteligência governamental alinhado ao modelo de GaaP.

Ao transformar dados dispersos em recursos informacionais úteis, acessíveis e auditáveis, o Portal contribui para a gestão da informação e para a transparência ativa. A integração promovida pelo sistema otimiza o planejamento de contratações futuras com base em evidências históricas e favorece a racionalização dos recursos públicos, viabilizando que múltiplos órgãos realizem a adesão (carona) a atas vigentes de maneira mais célere e econômica. Assim, o ambiente digital atua como um antídoto contra a desordem da informação e a infoxicação no cenário das compras públicas estaduais.

Este estudo ratifica, portanto, a indissociabilidade entre a infraestrutura tecnológica e os fatores humanos e organizacionais na eficácia da gestão da informação. A pesquisa evidencia, na prática, como os fluxos informacionais cíclicos defendidos pela literatura da Ciência da informação, desde a identificação de necessidades até o uso estratégico, dependem de uma governança de dados robusta e compartilhada para garantir atributos como encontrabilidade, compreensibilidade e reutilização. Para a Administração Pública, a plataforma serve como modelo de maturidade digital, provando que a transparência efetiva e o controle social demandam dados estruturados, metadados consistentes e formatos interoperáveis.

O trabalho identifica, por outro lado, limitações importantes no atual estágio do sistema, concentradas primordialmente na ausência de recursos consolidados de acessibilidade digital. Embora o portal atenda aos requisitos técnicos de exportação e rastreabilidade, a falta de ferramentas de tradução em Libras, audiodescrição, leitores de tela e adequação às diretrizes internacionais de conteúdo web cria barreiras cognitivas e tecnológicas para diferentes perfis de usuários. Essa lacuna restringe o potencial inclusivo da plataforma, demonstrando que a disponibilidade da informação, por si só, não assegura a total apropriação e o pleno controle cidadão.

Por fim, como possibilidades para pesquisas futuras, recomenda-se o desenvolvimento de estudos que mensurem o impacto financeiro real e a economia de escala gerada pelas adesões caronas facilitadas pelo Portal da AMGESP. Sugere-se, adicionalmente, a realização de avaliações de usabilidade e de comportamento de busca junto aos usuários externos e órgãos de controle, bem como investigações voltadas a acompanhar o processo de implementação das melhorias de acessibilidade digital aqui propostas. Dessa forma, será possível monitorar

continuamente a evolução desse ecossistema digital, garantindo que ele permaneça um ambiente confiável, inclusivo e imune à fragmentação de dados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 jun. 2026.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** seção 1, Brasília, DF, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 07 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5, no inciso II do § 3 do art. 37 e no § 2 do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União,** seção 1, Brasília, DF, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 07 jun. 2026.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: SENAC Editora, 2003.

CORDELLA, A.; PALETTI, A. Government as a platform, orchestration, and public value creation: The Italian case. **Government Information Quarterly**, [*s.l.*], v. 36, n. 4, p. 101409, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.giq.2019.101409. Acesso em: 8 jun. 2026.

DAVENPORT, T. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

FERREIRA, J. R. S.; SOUZA, E. D. Da informação à desordem: dilemas da transparência pública nas redes sociais digitais. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANCIB, 2025. Disponível em: https://enancib.ancib.org/. Acesso em: 3 jun. 2026.

KWIECINSKI, A. M.; BERTAGNOLLI, S. C.; VILLARROEL, M. A. C. U. Infoxicação, políticas públicas e educação. **ScientiaTec***:* Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS, Bento Gonçalves, v. 7, n. 1, Edição Especial 4º Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p. 5-17, 2020. Disponível em: https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4137. Acesso em: 3 jun. 2026.

LIMA, P. R. S.; FERREIRA, J. R. S.; SANTOS, E. F. Gestão da informação no setor público: a contribuição do Portal Nacional de Contratações Públicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE

PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2025. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANCIB, 2025. Disponível em: https://enancib.ancib.org/. Acesso em: 3 jun. 2026.

LIMA, P. R. S.; PRESSER, N. H.; LOZANO, A. R. P. Transparência e qualidade informacional: um estudo dos portais das universidades federais brasileiras. **Encontros Bibli:** Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Santa Catarina, v. 30, p. 1-29, 2025. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/102691. Acesso em: 3 jun. 2025.

VALENTIM, M. L. P. **Gestão da informação e do conhecimento**. Brasília, DF: CAPES: UAB; Rio de Janeiro: Departamento de Biblioteconomia, FACC/UFRJ, 2018.